INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 48 - Cruz das Almas (BA) - 11 de Agosto de 2016 - www.apur.org.br

A LUTA PRECISA CONTINUAR

NÃO AO PLP 257/16 E A PEC 241/16!
NENHUM DIREITO A MENOS!

APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

ASSUFBA

Sindicato de luta

35 Anos

CÂMARA APROVA O PL 257/16

Na madrugada desta quarta-feira (10), a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 257/16, que diz respeito às negociações das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, que estende o pagamento por até 20 anos. Durante a discussão do PLC, alguns acordos para modificar o texto foram feitos. O PL 257/16 foi aprovado por 282 votos a favor, 140 contra e duas abstenções.

Apesar da aprovação, ainda falta a votação dos destaques e emendas que pretendem alterar o texto. Quando a aprovação na Câmara for concluída, o projeto será encaminhado para discussão e posterior votação no Senado Federal. Uma das alterações propostas na Câmara foi a retirada do texto a exigência de que os estados e o Distrito Federal não cedessem aos servidores reajusta salarial por dois anos.

Mesmo com essa relativa vitória dos servidores, a exigência de que os gastos primários não extrapolem o realizado no anterior permanece no texto. Uma nova sessão para a votação das alterações propostas será definida pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia e líderes partidários.

A aprovação na Câmara é apenas um dos passos para que o PL 257/16 seja colocado em prática. Cabe à classe trabalhadora continuar lutando para que o projeto não venha a ser sancionado.

SETOR DAS IFES INTENSIFICA AGENDA DE LUTAS EM AGOSTO E INDICA PARALISAÇÃO DIA 16

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN se reuniu neste final de semana (6 e 7) em Brasília (DF) e aprovou ações de mobilização para o mês de agosto contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, que têm como objetivo congelar uma série de direitos dos servidores públicos e retirar investimentos de áreas sociais, como educação e saúde, para gerar superávit primário, e, desta forma, permitir que o governo siga pagando juros e amortizações da dívida pública.

Adriana Dalagassa, da coordenação do Setor das Ifes e 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, afirma que a reunião do Setor foi positiva, com um poveitoso debate político, sobre a atualização da conjuntura e a realização dos encaminhamentos a partir do 61° Conad, que ocorreu entre os dias 30 de junho e 3 de julho em Boa Vista (RR), e também com a construção da agenda de mobilização deste mês. “Na reunião, discutimos sobre a carreira docente, os projetos que visam o desmonte do serviço público, o desmonte do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que poderá atingir o Magistério Superior, e as ações efetivas para barrar todos esses ataques”, disse.

Além da intensificação das ações e da luta em conjunto com os demais servidores públicos, os representantes do Setor orientaram a realização de assembleias gerais nas seções sindicais, entre os dias 8 a 12 de agosto, para deliberarem sobre a indicação de paralisação no dia 16 de agosto - Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Empregos e contra a Retirada de Direitos, chamado pelas centrais sindicais -; a participação no lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública, no dia 9; e no Dia Nacional em Defesa da Educação Pública, 11 de agosto; e a articulação com segmentos e entidades para a construção de uma greve geral, entre outros. Confira a agenda ao final da matéria.

Ações

Nesta segunda-feira (8), os docentes federais realizam mais uma ação de mobilização apontada pela reunião do Setor deste final de semana. Eles aprovaram a continuidade da pressão junto aos parlamentares de todos os estados e líderes partidários, no Congresso Nacional, para que os deputados se posicionem contrários ao PLP 257/2016 e a PEC 241/16.

De acordo com Adriana Dalagassa, é de extrema importância a continuidade dessa mobilização no Congresso Nacional, e nos estados, para conseguir barrar o projeto de desmonte dos serviços públicos. “Conseguimos uma vitória importante que foi a de adiar a votação do PLP 257 por conta da pressão que fizemos na semana passada. Precisamos continuar com a unidade e a mobilização para barrar de vez esses projetos que atacam os serviços e os servidores públicos”, enfatizou.

Manifestações

Os participantes da reunião aprovaram também notas de repúdio à criminalização e repressão dos movimentos sociais nas manifestações das olimpíadas, repúdio ao assédio moral praticado pela administração superior da Universidade Federal do Acre contra o professor Gerson Albuquerque, de pesar pelo falecimento do professor Filipe Oliveira Raslan, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia (DCSF) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

Manifestaram ainda o reconhecimento público ao movimento estudantil do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) pelo seu empenho na defesa dos seus direitos. E expressaram pesar, tristeza e indignação pelo assassinato do estudante Kelvin Rodrigues Ribeiro ocorrido na noite do dia 5 de agosto, nas dependências da Universidade Federal do Maranhão. O docentes classificaram como um crime bárbaro, injustificável e sem precedentes na história na instituição.

Confira a agenda de mobilização:

AGOSTO

08 a 12 - Rodada de Assembleias Gerais pautando a paralisação do dia 16 de agosto.

08 e 09 – Atividades no Congresso Nacional.

09 – Participar do lançamento da Frente parlamentar com participação popular da Auditoria Cidadã da Dívida, em Brasília, às 16h.

10/08 – Participar da reunião ampliada de Servidores Públicos - federais, estaduais e municipais, em Brasília, na perspectiva de avançar na construção da greve geral.

11/08 – Articular ações no Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública e Gratuita, em conjunto com os demais setores da Educação articulados nos Fóruns estaduais em defesa da Educação Pública. Que seja lançada, aonde for possível, a Frente municipal ou estadual da Escola Sem Mordaça.

16/08 – Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFES. Construir o Ato Nacional em defesa do Emprego e contra a retirada dos direitos, conjuntamente com as entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais e populares.

19, 20 e 21/08 – Participar da Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, em São Paulo.

SETEMBRO

17 e 18- Próxima reunião do Setor das Ifes, podendo a diretoria antecipá-la, caso seja necessário

Disponível em: http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8297

CÂMARA TIRA RECURSOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA PAGAR JUROS

Parlamentares votaram com Temer a favor da PEC que tira investimento em recursos públicos

Escrito por: Luiz Carvalho – CUT

Ao aprovar a admissibilidade da PEC 241/16 (Proposta de Emenda à Constituição), nesta terça-feira (9), a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara dos Deputados mandou um recados aos brasileiros: para a base do governo golpista, pagar juros é mais importante do que oferecer serviços de qualidade à população.

Com 33 votos a favor e 18 contra, a medida aprovada limita o crescimento de gastos públicos federais por 20 anos e acaba com o investimento obrigatório na saúde pública e educação vinculado às receitas, conforme prevê a Constituição.
e acordo com o relatório do deputado federal Danilo Forte (PSB-CE), o aumento da aplicação de recursos em saúde e educação está proibido e se limitará à correção pela inflação do ano anterior.

Agora o projeto passará por uma comissão especial e depois será votado em dois turnos na Câmara.

Ainda ruim

Também nessa terça, o deputado Espiridião Amin (PP-SC) apresentou o relatório do PLP 257/16 (Projeto de Lei Complementar 257/16, do Executivo), de negociação das dívidas dos estados e arrocho do funcionalismo.

Disponível em: http://www.cut.org.br/noticias/camara-tira-recursos-da-educacao-e-saude-para-pagar-juros-7d95/

Foi retirada do texto a obrigatoriedade de congelar o reajuste salarial dos servidores por dois anos para os estados e o Distrito Federal que renegociarem a dívida com a União. Porém, foi mantida a condicionante de os gastos primários e, consequentemente, os aumentos aos trabalhadores não excederem a correção pela inflação pelos próximos 24 meses.

Outra condicionante que ficou de fora foi a alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal responsável por incluir na contabilidade os custos com trabalhadores terceirizados.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, os projetos tem como meta rasgar o atual modelo de desenvolvimento e estabelecer uma nova ordem.

“O que está em curso nesses projetos é a modificação do estado brasileiro. Até agora, tínhamos um modelo que apostava em políticas sociais para combater a desigualdade. Com a aprovação da PEC 241 e do PLP 257 isso acaba. Se com o aumento do investimento em educação, que passou de R$ 24 bilhões para R$ 94 bilhões durante os governos Lula e Dilma, não atingimos ainda um patamar satisfatório, imagina com o congelamento dos investimentos por 20 anos”, apontou.

Para o Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), apesar de não haver um dispositivo que impeça a realização do concurso público, a medida tende a impedir isso, já que o limite de reajuste vai barrar qualquer investimento em infraestrutura.

“A PEC foca no ajuste de valores aplicados pela União em setores essenciais, especialmente para a população mais pobre, como serviços públicos de saúde, educação e segurança, e prioriza o pagamento de juros e da dívida pública. Na prática, o governo interino segue o eixo de deslocar recursos da parte social do orçamento, considerados já insuficientes, para o setor privado”, define o assessor parlamentar do Diap, Neuriberg Dias.

Reação do funcionalismo

Diante dos retrocessos, a reação do funcionalismo deve ser a unidade. Em reunião nesta quarta-feira (10), na capital federal, o Fórum dos Servidores Federais discute uma data de mobilização nacional que amplie a pressão para além dos gabinetes dos deputados, como destaca o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

“Com o teto de despesas para o servidor, não precisa nem proibir o reajuste, porque não terão mesmo dinheiro para investir. Então, o Fórum dos Federais, que já está integrado à paralisação nacional em defesa da democracia e contra a retirada de direitos, no próximo dia 16, também definirá um ato unificando todas as esferas do funcionalismo aqui em Brasília. Temos que fazer um trabalho de dentro para fora da Câmara ou será o fim do serviço público no Brasil”, apontou.

20% DAS BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CNPq SÃO CORTADAS

Apesar de não ter sido anunciado oficialmente, O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cortou 20% das bolsas de iniciação científica. As bolsas cortas eram destinadas a alunos de graduação e do ensino médio. O corte só foi percebido na semana passada quando foram publicados os resultados das chamadas para o biênio 2016-2018.

O corte ocorreu em todo país, sendo que quatro programas foram afetados: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af). No total, esses programas vão ofertar 26.169 bolsas nos próximos dois anos - 20% a menos do que no período anterior.

Em resposta concedida ao jornal Estadão, o CNPq respondeu que: “Considerando o contexto orçamentário atual e a indicação para 2017 de redução do orçamento do CNPq para o próximo ano, foi necessária a adequação da concessão de bolsas da agência ao novo cenário”.

Vale lembrar que em abril o CNPq já havia suspendido a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior.

UFRB COMPLETA 11 ANOS

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) completou 11 anos no dia 29 de julho. Criada em 29 de julho de 2005, a UFRB conta hoje com 46 cursos de graduação (espalhados pelos seus 7 centros), 21 cursos de pós-graduação, 370 estudantes bolsistas de iniciação científica, 9.337 estudantes de graduação e 1.437 estudantes de pós-graduação.

A UFRB foi criada pela Lei 11.151, e surgiu da divisão da antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ficava na cidade de Cruz das Almas, e das unidades instaladas nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Cachoeira. Mais tarde a UFRB também se instalou em Feira de Santana e em Santo Amaro.

O ingresso na UFRB não é realizado da maneira tradicional, o vestibular, mas sim através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A seleção dos estudantes é feita pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). A UFRB ainda utiliza o sistema de cotas para a entrada de alunos vindos da rede pública de ensino e que se declaram negros, pardos, índios-descendentes.

Todas estas informações provam a inegável importância da UFRB para a população do Recôncavo e de diversos lugares da Bahia (e do Brasil, já que a instituição recebe estudantes de diversos estados). Mas para que a história da UFRB ultrapasse seus 11, 12, 13 anos, é preciso que continuemos a luta pela educação superior pública e gratuita, pois cada vez mais cresce a discussão sobre acabar com a gratuidade do ensino superior. Não podemos deixar que os esforços do povo do Recôncavo sejam jogados no lixo, vamos lutar para que a nossa UFRB continue firme.

REUNIÃO CONJUNTA DE GTS COM SETOR DAS IFES DEBATE A CARREIRA DOCENTE E O AJUSTE FISCAL

Na sexta-feira (5), na sede do ANDES-SN em Brasília (DF), teve lugar uma reunião conjunta dos Grupos de Trabalho de Carreira (GTC), de Política Educacional (GTPE), de Ciência e Tecnologia (GTCT) e do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do Sindicato Nacional. Cerca de noventa docentes, de todo o país, participaram da reunião, que debateu a conexão entre as mudanças na carreira docente e a política de ajuste fiscal.

Jacob Paiva, 1º secretário do ANDES-SN e um dos coordenadores tanto do Setor das Ifes quanto do GTPE, acredita que a importância do debate realizado no dia 5 se refletiu no grande número de participantes, e ressalta que foi acertada a decisão de fazer uma leitura conjunta, entre o Setor das Ifes e os três grupos de trabalho, dos problemas da carreira do professor federal e os seus desdobramentos a partir da aprovação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Portaria n.17/2016 da SETEC/MEC.

"Debatemos a proposta defendida pelo ANDES-SN, analisando as últimas modificações na carreira, de 2006, 2012 e 2016. A partir dessa análise, conseguimos perceber uma conexão entre as propostas de mudança de carreira do magistério federal, da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) e as demais propostas da política de ajuste fiscal", avaliou Jacob Paiva.

Para o diretor do ANDES-SN, essas questões estão profundamente relacionadas à política de ajuste fiscal, já que o desmonte dos serviços públicos e a desvalorização da carreira docente fazem parte da série de contrarreformas que buscam redimensionar o Estado brasileiro, como o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016.

"Fica evidente que se busca, por meio de mudanças parceladas, que o Estado brasileiro "economize" com a educação e os demais serviços públicos, e, ao mesmo tempo, siga investindo quase tudo que o país arrecada em juros e amortizações da dívida pública. Na educação pública, isso se dá, também, por meio do fomento à privatização ou às Parcerias Público Privadas (PPP)", critica o 1ª secretário do ANDES-SN.

De acordo com avaliação de Jacob Paiva, a reunião conjunta do Setor das Ifes com os três GTs serviu para dar maior visibilidade às compreensões do ANDES-SN sobre a política de ajuste fiscal e também serviram para ampliar a análise do Setor das Ifes e dos GTs, que, nos dias seguintes, organizaram reuniões próprias.

Disponível em: http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8294

Nota do Renova ANDES

Os professores participantes do Fórum Renova ANDES reunidos no encontro do setor das IFEs, em Brasília, nos dias 06 e 07, vêm expressar e reafirmar o posicionamento diante da conjuntura nacional: “contra o golpe” e “Fora Temer”. Entendemos que o silêncio do Andes diante do atual cenário o coloca em uma posição contraditória com o princípio da democracia e aproxima a atual gestão de movimentos conservadores e de direita que sustentam o movimento golpista. No entanto, o movimento entende que é preciso avançar para além da conjuntura política e acenar para bases sindicais, propondo resistência diante do desmonte proposto pelo governo interino.

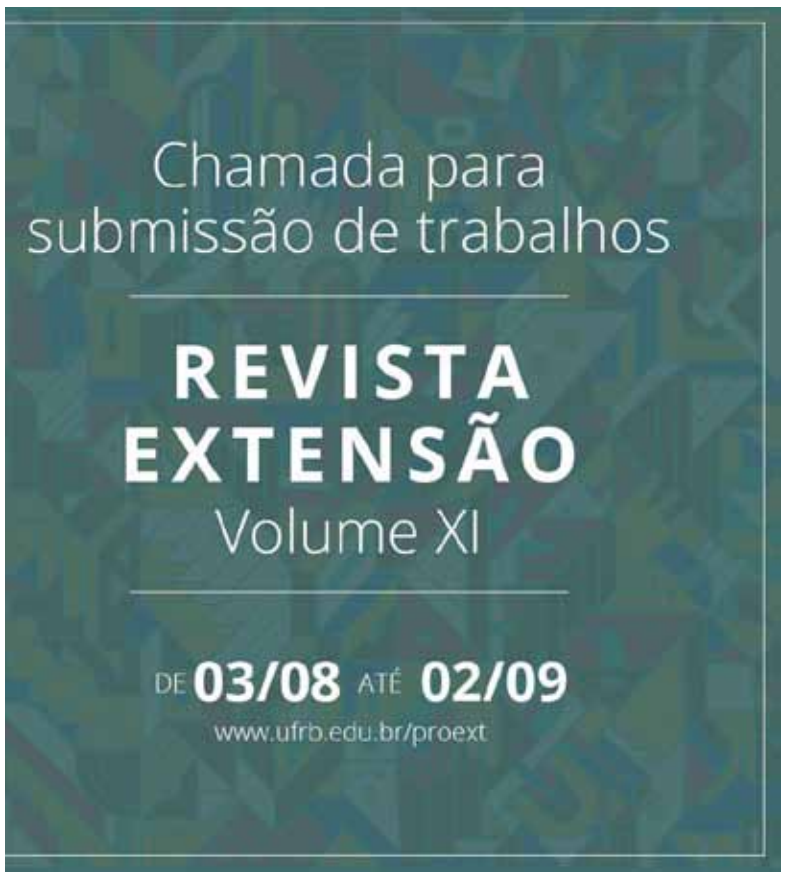
Na manhã do dia 06/08, ficou claro que a deliberação do 61° CONAD não encontrou ressonância na base de vários sindicatos, colocando em dúvida a representatividade da atual direção, fomentando em algumas seções a desfiliação.

Para além da atual conjuntura, o Fórum Renova ANDES entende que é preciso avançar frente à atual gestão e construir uma estratégia de um sindicato mais próximo da base e com uma linguagem que traduza as demandas da carreira docente de forma objetiva e clara. Também entendemos que é preciso superar a visão retórica que alimenta a atual conjuntura e criar um sindicato efetivo que atue de fato nas bases, ouça as várias demandas acerca da carreira e da precarização das condições de trabalho e, por fim, possibilite uma visão ampla e mais realista da profissão docente e da universidade brasileira.

Por fim, queremos deixar claro que o Fórum Renova ANDES reafirma a importância do Sindicato Nacional como unidade da classe docente e que é, na atualidade, ferramenta importante na luta para combater o desmonte da universidade pública e IF’s.

Brasília 07/08/2016

UFRB ACONTECE



Reencôncavo SAÚDE
CCS 10 ANOS

- Inscreva atividades como Rodas de Conversa, Oficinas e Atividades Culturais ou;
- Seja um Monitor do evento ou;
- Inscreva-se para participar do evento!

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 01 À 12 DE AGOSTO

UFRB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Eu Sou APUR *e você?*

Democrático, construindo a pauta docente com a categoria

Atuante, exigindo respostas para os problemas que assolam a universidade

Multicampi, ouvindo e representando os docentes na unidade

Participativo nas discussões e lutas da categoria no cenário nacional

Combativo, lutando pelos direitos e interesses da categoria docente

Inserção nas lutas do cenário nacional

CONVÊNIOS

Sesc

A&R ALINO & ROBERTO E ADVOGADOS

LIVRARIAS E CURSOS

www.apur.org.br

Tel. (75) 3621.4473

Filie-se ao seu sindicato!

APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO